

Agnes Heller,

O cotidiano e a história

SP/RJ, Ed. Paz e Terra,
4ª ed.

Sobre os Preconceitos

O PRECONCEITO é a categoria do pensamento e do comportamento cotidianos. Os preconceitos sempre desempenham uma função importante também em esferas que, por sua universalidade, encontram-se acima da cotidianidade; mas não procedem essencialmente dessas esferas, nem aumentam sua eficácia; ao contrário, não só a diminuem como obstaculizam o aproveitamento das possibilidades que elas comportam. Quem não se liberta de seus preconceitos artísticos, científicos e políticos acaba fracassando, inclusive pessoalmente.

Por isso, devemos nos aproximar da compreensão dos preconceitos partindo da esfera da cotidianidade. São traços característicos da vida cotidiana: o caráter momentâneo dos efeitos, a natureza efêmera das motivações e, a fixação repetitiva do ritmo, a rigidez do modo de vida. De forma análoga, é o pensamento cotidiano um pensamento fixado na experiência, empírico e, ao mesmo tempo, ultrageneralizador. Quando falamos aqui em "pensamento", não queremos nos referir a teoria. O pensamento cotidiano implica também em comportamento.

De duas maneiras chegamos à ultrageneralização característica de nosso pensamento e de nosso comportamento cotidianos: por um lado, *assumimos* estereótipos, analogias e esquemas já elaborados; por outro, eles nos são "*impingidos*" pelo meio em que crescemos e pode-se passar muito tempo até percebermos com atitude crítica esses esquemas recebidos, se é que chega a produzir-se uma tal atitude. Isso depende da época e do indivíduo. Em períodos estáticos, passam-se frequentemente inteiras gerações sem que se problematizem os estereótipos de comportamento e pensamento. Em épocas dinâmicas, esses elementos podem tornar-se problemáticos até mesmo várias vezes em uma só geração. Além disso, a problematização é mais lenta e infreqüente em caracteres inclinados para o conformismo do que em indivíduos dinâmicos e críticos. A tradição não é sempre a fonte da ultrageneralização, que pode se basear também na experiência pessoal; e a atitude que se contrapõe ao sistema estereotipado tradicional pode conter ultrageneralizações análogas à do próprio sistema ao qual se opõe.

A ultrageneralização é inevitável na vida cotidiana. Cada uma de nossas atitudes baseia-se numa avaliação probabilística. Em breves lapsos de tempo, somos obrigados a realizar atividades tão heterogêneas que não poderíamos viver se nos empenhássemos em fazer com que nossa atividade dependesse de conceitos fundados cientificamente.

Mas o grau de ultrageneralização nem sempre é o mesmo. A rigidez das formas de pensamento e comportamento cotidianos é apenas relativa, ou seja, pode se modificar lentamente na atividade permanente e, com efeito, geralmente se modifica. Toda ultrageneralização é um *juízo provisório* ou uma *regra provisória de comportamento*: *provisória* porque se antecipa à atividade possível e nem sempre, muito pelo contrário, encontra confirmação no infinito processo da prática. Diferentemente do que ocorre com os juízos cotidianos, os juízos científicos consideram-se provisórios apenas até o momento em que, num determinado estágio evolutivo da ciência, as hipóteses comprovam-se como verdades, sendo confirmadas. Isso torna necessária uma rememoração da ambivalência contida no conceito de "saber". O que na ciência é apenas

opinião pode corretamente considerar-se como saber na vida cotidiana, já que é critério da ação e já que a ação cotidiana comprova o conteúdo correto do juízo em que se baseia aquele saber. Voltemos, portanto, aos juízos e aos esquemas de comportamento da cotidianidade: esses juízos e esquemas são sempre provisórios, por causa, precisamente, do caráter de *doxa* que é próprio do saber cotidiano. Mas o “caráter provisório” não diminui absolutamente a verdade de nossa afirmação segundo a qual os juízos provisórios podem se alterar e modificar na atividade social e individual: seu caráter provisório conserva-se na própria alteração.

Do acima estabelecido, podemos inferir que a maior parte dos juízos provisórios não são preconceitos. O preconceito é um tipo particular de juízo provisório; e, para entender sua origem, temos de considerar uma outra propriedade da estrutura da vida cotidiana.

Pensamos no pragmatismo dessa estrutura. A vida cotidiana caracteriza-se pela *unidade imediata* de pensamento e ação. Mas devemos acrescentar a essa caracterização que o pensamento cotidiano não é jamais teoria, assim como a atividade cotidiana nunca é praxis. Na teoria e na praxis, dominam finalidades e conteúdos que representam o humano-genérico; ambos promovem o desenvolvimento humano-genérico e produzem novidades em seu estado. A vida cotidiana pode ser fonte, exemplo, ponto de partida para a teoria, como ocorreu no caso do chamado “*common sense*”; pode igualmente ter certa participação não consciente na praxis, sobretudo na atividade do trabalho. Mas de modo algum pode se falar, nesse caso, de identidade.

A unidade imediata de pensamento e ação expressa-se também no fato de que, na vida cotidiana, identificam-se o *verdadeiro* e o *correto*. O que revela ser correto, útil, o que oferece ao homem uma base de orientação e de ação no mundo, o que conduz ao êxito, é também “verdadeiro”.

Voltemos agora à ultrageneralização. Ela pode ser correta ou falsa. Uma ultrageneralização é correta quando corresponde ao objetivo dado, cuja realização promove; e falsa quando não podemos nos afirmar através dela, quando sua orientação nos leva ao “fracasso”. Isso ocorre nas “catástrofes” da vida cotidiana. Quando se trata da relação entre o homem

e a natureza (na objetivação, no consumo, ou na ampla escala de atividades que envolvem a produção e o consumo), a coincidência do verdadeiro com o correto não pode absolutamente tornar-se problemática. Se generalizarmos incorretamente, a própria atividade nos corrigirá: o produto que fabricarmos será de má qualidade, ficaremos doentes por termos comido alguma coisa inadequada, etc. Teremos de alterar imediatamente nossa conduta e formar um novo juízo provisório a fim de nos orientarmos corretamente no meio-ambiente.

A estrutura pragmática da vida cotidiana tem conseqüências mais problemáticas quando se coloca em jogo a orientação nas relações sociais. Na maioria das vezes, embora decerto nem sempre, o homem costuma orientar-se num complexo social dado através das normas, dos estereótipos (e, portanto, das ultrageneralizações), de sua integração primária (sua classe, camada, nação). No maior número dos casos, é precisamente a assimilação dessas normas que lhe garante o êxito. Essa é a raiz do conformismo. Todo homem necessita, inevitavelmente, de uma certa dose de conformidade. Mas essa conformidade converte-se em conformismo quando o indivíduo não aproveita as possibilidades individuais de movimento, objetivamente presentes na vida cotidiana de sua sociedade, caso em que as motivações de conformidade da vida cotidiana penetram nas formas não cotidianas de atividade, sobretudo nas decisões morais e políticas, fazendo com que essas percam o seu caráter de decisões individuais. No mais das vezes, essas duas manifestações de conformismo aparecem juntas.

A possibilidade, ou mesmo probabilidade, de comportamento conformístico emprestam à unidade do verdadeiro e do correto nas relações sociais um conteúdo bastante diverso daquele que apresenta na atividade do trabalho. O que, na vida cotidiana, desejamos da atividade laborativa é que ela nos facilite, com o menor esforço possível, a participação na reprodução social; o “mínimo esforço”, nesse caso, identifica-se com as “necessidades normais” do indivíduo. Essa mesma norma do “mínimo esforço”, que promove uma integração sem conflitos com os interesses de nossa integração social, pode “poupar” pensamento individual e decisão individual inclusive em campos nos quais essa individualidade é não apenas possível mas necessária, com o que se chega a apresentar como

correto algo que de nenhum modo é verdadeiro: pode, portanto, basear-se num juízo provisório falso. Que é, nesse caso, um juízo provisório falso? É um juízo provisório que poderíamos corrigir mediante a experiência, o pensamento, o conhecimento e a decisão moral individual, mas que não corrigimos porque isso perturbaria o êxito, a “correção” evidente, ainda que não moral.

Os juízos provisórios refutados pela ciência e por uma experiência cuidadosamente analisada, mas que se conservam inabalados contra todos os argumentos da razão, são preconceitos. Até agora, impõe-se-nos a conclusão de que os preconceitos — pelo menos parcialmente — são produtos da vida e do pensamento cotidianos. Vamos agora estudar suas raízes antropológicas.

Temos sempre uma fixação *afetiva no preconceito*. Por isso, era ilusória a esperança dos luministas de que o preconceito pudesse ser eliminado à luz da esfera da razão. Dois diferentes afetos podem nos ligar a uma opinião, visão ou convicção: a fé e a confiança. O afeto do preconceito é a fé.

A fé e a confiança distinguem-se entre si nos planos antropológico, epistemológico e ético. As diferenças epistemológicas e éticas baseiam-se nas antropológicas.

Do ponto de vista antropológico, a fé nasce da particularidade individual, cujas necessidades satisfaz. Todo homem é, ao mesmo tempo, ente particular-individual e ente humano-genérico, ou seja, uma “singularidade” e, simultaneamente, uma parte orgânica da humanidade, da história humana. Com diferenças de grau, todo homem tem motivações que se referem apenas a si mesmo, finalidades que pacificam tão-somente suas próprias necessidades; mas, além disso, está necessariamente inserido no desenvolvimento global da humanidade mediante atividades objetivas (como o trabalho) e pode ter motivações que tendam a encarnar o humano-genérico, objetivos dirigidos “para fora”. (São motivações desse tipo, por exemplo, as exigências éticas; e objetivos de tal ordem são aqueles conscientemente fundados nos valores assumidos de uma ampla integração, como sejam a polis, o estamento, a classe ou a pátria).

Particular, de modo geral, não é aquilo em que o homem acredita, mas sim sua relação com os objetos da fé e com

a necessidade satisfeita pela fé. Isso se evidencia de modo intenso nos preconceitos: os objetos e conteúdos de nossos preconceitos podem ser de natureza plenamente universal; podem referir-se à totalidade de nossa natureza ou de nossa classe, a proposições morais ou religiosas, etc. Em troca, as motivações e as necessidades que alimentam nossa fé e, com ela, nosso preconceito satisfazem sempre nossa própria particularidade individual. Na maioria dos casos, fazem-no de modo direto, sem mediação: crer em preconceitos é cômodo porque nos protege de conflitos, porque confirma nossas ações anteriores. Mas, muitas vezes, o mecanismo é também indireto: nossa vida, que não pôde alcançar seu objetivo em sua verdadeira atividade humano-genérica, consegue então um “sentido” pleno no preconceito.

Diferentemente da fé, a confiança enraiza-se no indivíduo. O indivíduo está numa relação mais ou menos consciente com sua essência humano-genérica e com sua particularidade individual. Quando confio num homem ou numa coisa, sou *eu*, quem confio; sou eu quem me ofereço, no que se refere à confiança, tanto como no caso da fé. As necessidades desse “Eu” que se oferece ou entrega não se dirigem apenas a si mesmo; nesse caso, sua teleologia vai além de sua própria particularidade. O Eu assume uma certa distância com relação à sua própria particularidade; e essa distância, por sua vez, implica — o que é extremamente importante com relação aos preconceitos — na possibilidade de outro distanciamento com relação à comunidade ou integração de que se faz parte, com relação à “consciência de nós”.

Essa diferença antropológica está na base da diferença epistemológica. Toda confiança se apóia no saber. Na esfera cotidiana, isso significa que toda confiança regularmente refutada pelo pensamento e pela experiência termina por desaparecer. Em troca, a fé está em contradição com o saber, ou seja, resiste sem abalos — como vimos — ao pensamento e à experiência que a controlam.

Em geral, tão-somente *a posteriori* é que podemos determinar de modo preciso se um juízo ou um comportamento estão ligados à fé ou à confiança, bem como se na combinação concreta apenas o individual-particular tem uma função ou se também o indivíduo desempenha algum papel. Assim, por

exemplo, ocorre freqüentemente que um preconceito social típico não consiga exercer função rígida de preconceito em todos os membros da sociedade; muitas vezes, trata-se apenas de um juízo provisório que consegue se afirmar tão-só até o momento em que o indivíduo se vê confrontado com verdades que ignorava. O modo de “provar” se um preconceito social tem função de preconceito também no indivíduo ou carece dela consiste sempre na confrontação com os fatos. Se a fonte de um juízo é uma autoridade, a prova será do mesmo tipo, embora indiferente; pois, nesse caso, o que se deve investigar é o fundamento e o respeito com os quais a autoridade em questão obteve essa função de autoridade, ou seja, se é possível confiar com fundamento em seus juízos ou se eles são apenas merecedores de fé.

As reservas emocionais da fé e da confiança são de variados tipos. Podemos deixar de lado a maioria delas, porque apenas uma tem importância para o nosso tema, qual seja, o fato de que no caso da fé sempre aparece o par de sentimentos amor-ódio; e o ódio não se dirige tão-somente contra aquilo em que não temos fé, mas também contra as pessoas que não crêem no mesmo que nós. A *intolerância emocional*, portanto, é uma consequência necessária da fé.

O par de sentimentos amor-ódio divide nossos preconceitos em dois grupos, em preconceitos positivos e preconceitos negativos, em preconceitos acerca de nossa *própria* vida, nossa *própria* moral, nossos *próprios* preconceitos, nossa *própria* comunidade, nossas *próprias idéias*, e preconceitos referentes aos “demais”, alienados e contrapostos a nós. Nesse último grupo, o preconceito se deforma “para baixo” na escala dos sentimentos. O preconceito, portanto, impede o encontro do “valor médio” aristotélico; jamais alcança a exata medida, tanto no que se refere à quantidade como à qualidade.

O preconceito pode ser individual ou social. O homem pode estar tão cheio de preconceitos com relação a uma pessoa ou instituição concreta que não lhe faça absolutamente falta a fonte social do conteúdo do preconceito. Mas a maioria de nossos preconceitos tem um caráter mediata ou imediatamente social. Em outras palavras: costumamos, pura e simplesmente, assimilá-los de nosso ambiente, para depois aplicá-los espontaneamente a casos concretos através de mediações.

Nossos preconceitos sociais podem ser estereotipados ou não estereotipados. *Todo* preconceito dominante ou relativamente generalizado, porém, apresenta via de regra um “núcleo” estereotipado, em torno do qual podem se situar “variantes” semi-estereotipadas ou simplesmente não-estereotipadas. O fato de que a formulação de um preconceito possa ser mais ou menos individual, contudo, nada diz acerca da individualidade do homem que assumiu esse preconceito.

Não há relação direta entre a estereotipia e a intensidade dos preconceitos. A intensidade dos preconceitos pode ser descoberta em seu grau de transposição prática. Allport construiu a seguinte gradação no que se refere aos preconceitos negativos: ressentimento, racionalização (autojustificação) estereotipada, comportamento estereotipado (desde a discriminação até o extermínio, passado pela tortura física). A gradação *histórica* não varia quando se trata da explicação *social* de um preconceito, ainda que nem todo preconceito atravesse todas as fases indicadas. Mas a gradação costuma se inverter na configuração dos preconceitos *no indivíduo*. A primeira coisa observada pela criança são os modos de comportamento preconceituoso estereotipados e as racionalizações ou justificações dos mesmos feitas pelos adultos; só depois é que começa a sentir o ressentimento correspondente.

Partimos do fato de que a vida cotidiana produz, em sua dimensão social, os preconceitos, bem como de que a base antropológica dessa produção é a particularidade individual, ao passo que o “tecido conjuntivo” emocional é a fé. Mas disso não decorre, nem fática nem logicamente, a existência do sistema de preconceitos sociais estereotipados. E ao contrário: a particularidade do homem está vinculada aos sistemas de preconceitos pelo fato de, também na própria sociedade, predominarem — embora em outro plano e com variações — sistemas de preconceitos sociais estereotipados e estereótipos de comportamentos carregados de preconceitos.

Que provoca tais sistemas de preconceitos? São provocados pelas integrações sociais nas quais vivem os homens e, dentro dessas integrações, sobretudo pelas classes sociais.

Mas, nesse ponto, devemos introduzir uma ressalva. Os juízos de classe típicos, ou seja, os juízos que expressam o interesse *fático* de uma classe (ou camada) e que se referem

à *praxis* da classe (ou camada, ou nação) em questão, os juízos, em outras palavras, sobre cuja base atua essa comunidade, *não são preconceitos*. Quanto mais “em movimento” está uma classe, quanto maiores são suas possibilidades de uma *praxis* efetiva, tanto menos são preconceitos os seus juízos. A atividade política (no mais amplo sentido da expressão), a atividade que dirige o movimento e mobiliza as grandes integrações, pode ter êxito apenas quando se coloca na altura de um pensamento isento de preconceitos. Os políticos grandes e vitoriosos foram sempre aqueles cujas representações da própria classe ou nação e até mesmo dos inimigos mantiveram-se isentas de preconceitos. Precisamente por isso, e tão-somente por isso, é que puderam ver com clareza o que era possível fazer, numa concreta situação determinada, com sua classe ou sua nação, como podiam dirigi-las e que passos deveriam empreender para alcançar a vitória. “O covarde”, por exemplo, é um caso típico de conceito estereotipado pelo preconceito; se um político partir da pressuposição de que seu opositor é um covarde, será inevitavelmente derrotado.

A esfera política (o ato consciente de assumir a *praxis* da integração), portanto, destaca-se — tal como a atividade científica — da cotidianidade. Não é casual que, nesse ponto, consideremos necessário recordar nosso ponto de partida, ou seja, a tese de que o preconceito não pertence necessariamente à esfera da ciência e da arte, embora uma parte dos preconceitos desenvolva-se precisamente em tais esferas. A fonte dos preconceitos científicos e artísticos é a mesma conformidade de que já falamos acerca da vida cotidiana. O cientista ou artista professa esses preconceitos para poder se mover “com êxito”, “corretamente”, em sua integração. O êxito de uma arte ou de uma ciência cheias de preconceitos produz-se *exclusivamente* na esfera da cotidianidade. O cientista com preconceitos pode certamente fazer carreira, mas não na esfera da ciência. A ciência e a arte de efetivo sucesso, cu seja, tudo aquilo que for duradouro e promover a causa da humanidade, está isento de preconceitos, pelo menos sob aquele aspecto no qual é uma vitória artística ou científica. Tampouco o grande político pode se manter preso a preconceitos.

O juízo de classe (de camada, ou nacional) está frequentemente livre de ressentimentos com relação aos “demais”.

Se tivéssemos perguntado aos nobres latifundiários do feudalismo clássico como avaliam as características de seus servos, teríamos recebido como resposta, numerosas vezes, estereótipos inteiramente positivos, características como "fiéis", "generosos", "aplicados", "trabalhadores", etc. Um juízo desse tipo é elástico porque *tem de sê-lo*. Se não se ativer em seu conteúdo às transformações ocorridas no comportamento e no caráter da parte contrária, a prática construída sobre o referido juízo estará condenada ao fracasso. E, em suas estereotípias, verifica-se uma tão grande aspiração a obter um critério objetivo que, com freqüência, distancia-se particularmente de sua própria nação, da classe em cujo nome se formula.

Nesse ponto, devemos distinguir entre o sistema de preconceitos e a falsa consciência, cu a ideologia na qual se expressa essa falsa consciência. A falsa consciência (ou a falsa ideologia) está tão permeada quanto o próprio sistema de preconceitos por uma ultrageneralização de conteúdo marcadamente emocional. Mas nem por isso se trata de um sistema de preconceitos. A falsa ideologia pode transformar-se em sistema de preconceitos, pode adotar mais ou menos plenamente os traços de um sistema desse tipo; contudo, não é necessário que o faça, e, quando o fizer, não o fará na mesma proporção. *Pois, na medida em que é expressão de aspirações classistas essenciais motivadoras da praxis histórica total, a ideologia não tem caráter de preconceito, por mais simplista, tendencioso e deformador que seja o sistema intelectual no qual se expressa.* O ato de assumir uma ideologia é habitualmente algo bastante difícil para o indivíduo, porque a ideologia não faz apelo ao particular-individual e freqüentemente exige uma força moral realmente extraordinária, assim como muita iniciativa individual. Quando os revolucionários franceses levantavam suas barricadas com a convicção de estarem chamados, enquanto encarnações dos antigos heróis romanos, a realizar o "reino da razão", não podiam dominar com o pensamento as forças econômicas e sociais a cujo serviço se colocavam; no prosaico mundo burguês realizado, pôde-se ver que seus juízos eram juízos provisórios. Mas, dado que a burguesia não podia dar aquele passo de importância histórico-universal e que inaugurou seu domínio a não ser sobre a base de uma ultrageneralização intelectual e emocional, aquela ideologia não era um sis-

tema de preconceitos: estava vinculada à praxis, ao humano-genérico, não ao individual-particular; à confiança, não à fé. Ao contrário, em todos aqueles que declararam posteriormente que a sociedade burguesa realizada era em sua realidade efetiva o “reino da razão”, aquela ideologia (que já não mais se encontrava na principal linha de força da praxis histórico-universal) converteu-se num sistema de preconceitos. Por isso, Marx pôde afirmar com razão que aquilo que em Helvétius ainda era profundo e rico em espírito torna-se em Bentham uma superficial apologia.

Os preconceitos, portanto, são obra da própria integração social (por exemplo, da nação ou da camada, mas sobretudo da classe) que experimenta suas reais possibilidades de movimento mediante idéias e ideologias isentas de preconceitos. Os preconceitos servem para consolidar e manter a *estabilidade* e a *coesão* da integração dada.

Não podemos nos aprofundar aqui na questão das várias espécies e formas de preconceito. Limitar-nos-emos a mencionar algumas delas, que são bastante características.

Até mesmo as ideologias isentas de preconceitos estão mais ou menos “cobertas” por eles. É decisivo para a praxis histórico-universal de uma integração social que a situação, as reservas de força e o inimigo sejam avaliados exatamente em seus *pontos básicos*, que a ação possa se apoiar na iniciativa individual e possa exigir tudo dos participantes, inclusive o sacrifício pessoal; contudo, nos *momentos menos fundamentais*, desempenha uma certa função também o preconceito, porque é capaz de mobilizar a própria particularidade no interesse do objetivo visado. O preconceito pode afirmar a “onipotência” de determinado dirigente e, nesse caso, a fé ocupa o lugar da confiança; mas também pode se expressar na subavaliação do opositor, caso em que não é inevitável que a visão se obscureça quando se trata de questões decisivas. De qualquer modo, esses preconceitos “encobridores” não são de modo algum inofensivos para a praxis de uma integração. Isso pode ocorrer no princípio, mas muitas vezes eles se expandem de tal modo que impedem completamente uma visão clara das questões básicas e levam a ação ao fracasso.

É muito raro que um tal processo comece pelo lado da ideologia. Na maioria dos casos, começa quando principia o

relaxamento da coesão econômica, política e ideológica da integração social ativa em questão; por exemplo, quando a coesão nacional é debilitada pelas lutas de classe, a coesão da classe pela luta entre partidos, a coesão do partido pelas lutas de fração, etc. O aumento dos preconceitos pode então se acelerar espontaneamente, embora também possa resultar de uma manipulação política. Disso decorre que *a coesão de uma integração não está em razão direta da intensidade dos preconceitos*. O sistema de preconceitos não é imprescindível a qualquer coesão enquanto tal, mas apenas à coesão *internamente* ameaçada.

A maioria dos preconceitos, embora nem todos, são produtos das classes *dominantes*, mesmo quando essas pretendem, na esfera do *para-si*, contar com uma imagem do mundo relativamente isenta de preconceitos e desenvolver as ações correspondentes. O fundamento dessa situação é evidente: as classes dominantes desejam manter a coesão de uma estrutura social que lhes beneficia e mobilizar em seu favor inclusive os homens que representam interesses diversos (e até mesmo, em alguns casos, as classes e camadas antagônicas). Com ajuda dos preconceitos, apelam à particularidade individual, que — em função de seu conservadorismo de seu comodismo e de seu conformismo, ou também por causa de interesses imediatos — é de fácil mobilização contra os interesses de sua própria integração e contra a praxis orientada no sentido do humano-genérico. O camponês húngaro que se lançou com entusiasmo na Primeira Guerra Mundial, ou o operário alemão entregue de corpo e alma a Hitler, foram tipos humanos manipulados através de sistemas de preconceitos. Não é casual que fossem manipulados: seus interesses imediatos, sua particularidade individual, foram mobilizados contra seu ser humano-genérico, e de um modo tal que passaram a aceitar como integração superior as formas ideais de serviço a uma “consciência de nós”.

Deve-se observar ainda, neste contexto, que a classe burguesa produz preconceitos em muito maior medida que todas as classes sociais conhecidas até hoje. Isso não é apenas consequência de suas maiores possibilidades técnicas, mas também de seus esforços ideológicos hegemônicos: a classe burguesa aspira a universalizar sua ideologia. Talvez pareça pa-

radoxal que consideremos como máximo “produtor” de preconceitos precisamente a classe que foi a primeira a combatê-los (basta recordar, por exemplo, o que foi feito com os preconceitos referentes à inserção numa determinada confissão ou num determinado estamento). Mas, embora não necessitasse sancionar com preconceitos os limites aristocrático-estamentais, tornou-se-lhe absolutamente necessário o preconceito no mundo da igualdade e da liberdade formais, precisamente porque agora passavam a existir essas noções formais. A coesão da sociedade burguesa foi, desde o primeiro momento, mais instável que as da Antiguidade ou do feudalismo clássico. Por isso, os chamados preconceitos de grupo (os preconceitos nacionais, raciais, étnicos) só aparecem no plano histórico, em seu sentido próprio, com a sociedade burguesa.

O desprezo pelo “outro”, a antipatia pelo diferente, são tão antigos quanto a própria humanidade. Mas, até a sociedade burguesa, a mobilização de sociedades inteiras contra outras sociedades, mediante sistemas de preconceitos, não constituiu jamais um fenômeno típico. Se prescindirmos de casos excepcionais, o que mais se destaca é o fato de que jamais foi necessário mobilizar a sociedade inteira. O típico, nas lutas de então, era antes o respeito pelo inimigo: gregos e troianos estimavam-se reciprocamente, do mesmo modo como as grandes famílias que combatiam entre si durante o feudalismo clássico.

Dizemos tudo isso apenas com a finalidade de refutar o ponto de vista dominante na sociologia contemporânea, segundo o qual a fonte dos preconceitos é *o grupo enquanto tal*, a coesão grupal em si; ora, o próprio conceito de “grupo” já nos parece uma categoria ultrageneralizadora e, por conseguinte, de escasso rigor científico; as simples concordâncias formais não são suficientes para justificar que se trate como idênticas as formações grupais *face-to-face* e as integrações sociais. Essas são hoje, como dissemos, as produtoras dos preconceitos socialmente influentes: e não estão baseadas em relações *face-to-face*. Em troca, os pequenos grupos transmitem ao indivíduo tão-somente um sistema de preconceitos produzidos por eles mesmos e de natureza particularmente provinciana e efêmera. Nem todo grupo produz preconceitos socialmente típicos. Além disso, e como vimos, sua coesão e seus preconceitos não estão

em razão direta entre si; e, finalmente, há grupos coletivamente ativos que estão completamente livres de preconceitos. A questão de saber qual grupo produz preconceitos — e por quê e como — é simplesmente uma questão histórica, à qual só é possível responder mediante uma análise da história da integração em pauta.

Podemos distinguir através do *conteúdo* muitos tipos de preconceito: preconceitos-tópicos (por exemplo: “os homens são maus, não é possível melhorá-los”), preconceitos morais, científicos, políticos, preconceitos de grupo, nacionais, religiosos, raciais, etc. Qualquer que seja seu conteúdo, sua esfera é sempre a vida cotidiana. O que acima afirmamos sobre os juízos artísticos, científicos e políticos e sobre os preconceitos próprios dessas esferas aplica-se também aos morais. Os lugares comuns e as estereotípias de grupo podem estar isentas de preconceitos, mas — diferentemente dos juízos daquelas esferas — jamais abandonam o âmbito da cotidianidade.

Podemos ainda fazer outra observação acerca dos preconceitos *morais*: nos preconceitos morais, a moral é *objeto* de modo direto. Mas, mesmo em outros âmbitos que não o dos preconceitos morais, todos os preconceitos se caracterizam por uma *tomada de posição moral*, já que, como vimos, são ao mesmo tempo falsos juízos de valor. Assim, por exemplo, a acusação de “imoralidade” costuma juntar-se aos preconceitos artísticos, científicos, nacionais, etc. Nesses casos, a suspeita moral é o elo que mediatiza a racionalização do sentimento preconceituoso.

Negamos acima que o grupo seja, enquanto tal, a fonte do preconceito. Chamamos de “preconceito de grupo” aqueles que se referem a todo um grupo homogêneo, independentemente do fato de que essa homogeneidade se baseia em critérios essenciais ou secundários e sem tomar em consideração o fato de que o grupo em pauta seja uma integração fundamental ou uma integração derivada; trata-se, pois, de preconceitos contra os membros de um grupo, tão-somente pelo fato de serem membros desse grupo. A estereotípia de traços característicos nacionais, religiosos, étnicos, etc., é inevitavelmente acompanhada de preconceitos quando a estereotípia em questão não corresponde à função realmente desempenhada pelo povo, religião, etc., considerados no decorrer da história, mas

se articula, ao invés, com uma limitação mental encharcada de fé estereotipada. O mesmo ocorre quando as qualidades ou particularidades estereotipadas *se separam* da concreta situação histórica; e também quando a estereotipia tem uma função analítica, mas normativa; o mesmo se verifica, finalmente, quando buscamos *a priori* em um indivíduo as propriedades de grupo e consideramo-las essenciais a ele.

O homem predisposto ao preconceito rotula o que tem diante de si e o enquadra numa estereotipia de grupo. Ao fazer isso, habitualmente passa por cima das propriedades do indivíduo que não coincidem com as do grupo. Mesmo quando chega a percebê-las, registra-as como se se tivessem produzido *apesar* da integração do indivíduo em seu grupo, *contra* essa integração. Há duas coisas que o homem predisposto nunca é capaz de fazer: corrigir o juízo provisório que formulou sobre um grupo baseando-se em sua experiência posterior, e investigar acerca da profundidade da integração dos indivíduos em seus respectivos grupos. O indivíduo predisposto não investiga se a integração de um indivíduo em seu grupo é casual ou escolhida, de importância primária, secundária ou puramente inessencial, nem tampouco indaga qual a função que essa integração desempenha efetivamente na existência e na consciência do indivíduo. O homem predisposto não se deixa impressionar sequer pelas qualidades éticas do indivíduo. Uma vez adquiridos os preconceitos contra os negros, até mesmo o negro branco é um "nigger". Por que deveria ele fazer uma distinção entre o "muçulmano negro" e o Professor Dubois?

Os preconceitos sociais individual-concretos são, em grande parte, de procedência histórica. A explicação, o predomínio e o esgotamento dos preconceitos e dos sistemas estereotipados não são, de modo algum, fenômenos paralelos; um mesmo preconceito pode, no decorrer dos tempos, basear-se em sistemas estereotipados bastante diversos (basta recordar os preconceitos contra os protestantes), e um mesmo estereótipo pode estar subordinado a preconceitos muito diferentes. Mas, quer ou não coincidam, preconceitos e estereótipos estão submetidos a uma permanente transformação

Contudo, o que nos interessa investigar não é se cada preconceito social individual é histórico, já que isso está fora

de dúvida, mas sim se a existência de preconceitos é *enquanto tal* necessária ou se é um fenômeno histórico e (conseqüentemente) relativo. A resposta não é tão simples como supunha o racionalismo iluminista; nem sequer é inequívoca em todos os casos.

Já dissemos que a possibilidade antropológica permanente do preconceito está constituída pela estrutura da vida cotidiana, pelo "movimento" do individual-particular nessa cotidianidade e pelo seu pragmatismo diante das relações sociais. Vimos também que os grupos que se sentem ameaçados em sua coesão produzem constantemente preconceitos sociais, satisfazem as "demandas" do particular-individual e lhe emprestam conteúdo. Portanto, os preconceitos poderiam deixar de existir se desaparecessem a particularidade que funciona com inteira independência do humano-genérico, o afeto da fé, que satisfaz essa particularidade, e, por outro lado, toda integração social, todo grupo e toda comunidade que se sintam ameaçados em sua coesão.

Acreditamos que tal desaparecimento não é de modo algum utópico, pois se revela como possibilidade a idéia de uma sociedade na qual cada homem possa chegar a ser indivíduo, possa configurar por si mesmo a condução da vida, e na qual a particularidade deixe de funcionar "independentemente" do humano-genérico. Numa sociedade desse tipo, não seriam suprimidos os falsos juízos provisórios, mas desapareceria a adesão a eles, ditada pela fé, ou seja, desapareceria sua cristalização em preconceito. Também acreditamos possível uma sociedade — que já existiu, mais ou menos plenamente, na história — cuja coesão não exija imprescindivelmente a existência de preconceitos, antes de mais nada porque o conteúdo de sua "consciência de nós" seria a própria humanidade, ou seja, a integração de base mais ampla, diante da qual seria pouco imaginável uma consciência da "alteridade".

Mas, como numa sociedade dinâmica e mutável (como é o caso de toda sociedade construída sobre a base de um indefinido progresso da produção) sempre existem forças conservadoras e forças dinâmicas, e como a possibilidade de elevar-se à condição de indivíduo real é dada tão-somente a cada ente singular (o que de nenhum modo significa que todo ente singular chegue a ser indivíduo), torna-se então evidente que

os preconceitos não podem ser totalmente eliminados do desenvolvimento social. Mas é possível, em troca, eliminar a organização dos preconceitos em sistema, sua rigidez e — o que é mais essencial — a discriminação efetivada pelos preconceitos.

Indicamos essa perspectiva possível não apenas por motivos formais e puramente teóricos, mas porque ela tem uma função na avaliação dos preconceitos e dos modos predispostos de comportamento que atualmente se originam.

O preconceito, via de regra, apresenta-se com um conteúdo axiológico negativo. Isso não significa que todo homem submetido à influência de preconceitos seja “moralmente vazio”. Todo homem, em certa medida e sob alguns aspectos, tem preconceitos. O que se deve considerar no julgamento de um homem sob esse ângulo é se a sua *totalidade* está inteiramente motivada por sua particularidade, ou seja, por seus preconceitos. Também é muito importante saber *a quem* se referem seus preconceitos e qual é a sua *intensidade*. Pois há preconceitos socialmente justificados e menos justificados, perigosos e menos perigosos, perigosos para a coletividade e perigosos para o indivíduo. Essas dimensões devem ser levadas em conta, porque com elas se coloca a questão das conseqüências. A intensidade do preconceito indica seu conteúdo valorativo negativo do ponto de vista da motivação. E é evidente que tal intensidade repercute também nas consciências.

Devemos afirmar, por conseguinte, que nem um nem vários preconceitos bastam para fazer com que um homem seja “imoral”, mas isso depende essencialmente da relação da individualidade com a totalidade, das conseqüências e das motivações do preconceito. Mas, então, por que afirmamos que o preconceito, abstratamente considerado, é *sempre* moralmente negativo,

Porque todo preconceito impede a autonomia do homem, ou seja, diminui sua liberdade relativa diante do ato de escolha, ao deformar e, conseqüentemente, estreitar a margem real de alternativa do indivíduo.

Que é necessário para que o homem possa escolher com relativa liberdade em determinadas circunstâncias concretas? De imediato, o conhecimento ótimo de suas alternativas com relação às possibilidades que lhe oferecem as circunstâncias;

por outro lado, uma adequada representação do *conteúdo axiológico* dessas alternativas, isto é, *da relação entre os valores das alternativas e os valores que mais promovem o desenvolvimento humano nas circunstâncias em questão*. Isso pressupõe que o homem é capaz de elevar-se até o plano do *humano-genérico* e que, ao mesmo tempo, dispõe de um conhecimento ótimo do homem e da situação em que se encontra. Como vimos, o preconceito tem uma ação inibitória sobre esses três momentos. (No conhecimento do homem, está implícito também o autoconhecimento.)

Não podemos, portanto, dizer que todo homem predisposto ao preconceito é "imoral". Mas podemos afirmar que, sob todos os aspectos nos quais tem preconceitos, ocorre uma diminuição para o homem de suas possibilidades de uma escolha adequada e boa, historicamente positiva, e, com elas, a possibilidade de uma explicação da própria personalidade.

O preconceito, portanto, reduz as alternativas do indivíduo. *Mas o próprio preconceito é, em maior ou menor medida, objeto da alternativa*. Por mais difundido e universal que seja um preconceito, sempre depende de uma escolha relativamente livre o fato de que alguém se aproprie ou não dele. *Cada um é responsável pelos seus preconceitos*. A decisão em favor do preconceito é, ao mesmo tempo, a escolha do caminho fácil no lugar do difícil, o "descontrole" do particular-individual, a fuga diante dos verdadeiros conflitos morais, tornando a firmeza algo supérfluo.

Na medida em que um homem preserva uma concepção sem preconceitos, orientada pela realidade, podemos mensurar o quanto ele é individualidade, "núcleo", o quanto possui substância.

A questão é esta: como libertarmo-nos dos preconceitos? Há algum esquema, alguma receita, algum conselho que garanta essa libertação? Naturalmente que não. Em muitos casos, apenas *a posteriori* poderemos ver que uma opinião era um preconceito, e, com muita frequência, não somos capazes de perceber o ponto histórico nevrálgico no qual nossas idéias não preconceituosas convertem-se em preconceitos. Nesse campo, há tanto risco quanto em qualquer outra escolha que fazemos em nossa vida.

O esquema de comportamento geral mais eficiente continua a ser aquele que, pela primeira vez, foi formulado pelos estóicos: o constante controle da particularidade individual, a escolha do difícil ao invés do fácil.

Com as palavras de Goethe:

*Que não te despojem
de teu sentido inicial.
É fácil crer no que
crê a multidão.*

*Fortalece teu entendimento
de um modo natural;
difícil é saber
o que é diverso.*

Allport, o psicólogo social norte-americano já citado, contrapõe — em seu livro sobre a natureza do preconceito¹ — o “caráter carregado de preconceitos” ao “caráter tolerante”. Deve-se afirmar, antes de mais nada, que os preconceitos não são uma questão de caráter, assim como tampouco a tolerância é uma questão de caráter. Mas deve-se ainda aduzir uma objeção mais essencial: a tolerância tomada como ideal do comportamento é tão-somente o princípio do liberalismo. *Nem a particularidade orientada para a atividade cotidiana nem a individualidade orientada para a praxis podem ser “tolerantes” em seus ideais.* Com a mesma incondicionalidade com que defendemos os objetivos e ideais de nossa confiança, lutamos também pelos objetivos e ideais de nossa fé; e, no segundo caso, estamos tão convencidos quanto no primeiro da correção, da veracidade de nossa opinião.

As idéias “tolerantes” são passivas, vão de par com o ceticismo. Há indiscutivelmente situações em que a tolerân-

1 Gordon W. Allport, *The Nature of Prejudice*, Massachusetts-Palo Alto-Londres-Ontario, Addison Wesley, 1954.

cia das idéias é também positiva; o único que negamos é que um sistema intelectual desse tipo possa ser historicamente eficaz.

Portanto, se quisermos nos libertar de nossos preconceitos mediante o ato de colocar em questão todos os nossos juízos, perderemos, juntamente com os preconceitos, também as nossas convicções. A "receita" liberal, portanto, oferece um remédio que, ao mesmo tempo que a enfermidade, acaba também com o enfermo.

Nesse ponto, gostaríamos novamente de recorrer a Goethe que analisou profundamente essa conexão de problemas:

Quando ouço falar de idéias liberais, espanto-me sempre em ver como os homens se adornam prazerosamente com a eloquência vazia; uma idéia não pode se permitir ser liberal. Deve ser enérgica, tenaz, fechada em si mesma, para poder cumprir o mandato divino de ser produtiva; menos ainda pode ser liberal um conceito, pois sua missão é muito diferente.

Onde a liberalidade deve ser buscada é nas atitudes; e essas são o estado de espírito vivo.

E ainda:

Poucas vezes são liberais as atitudes e os sentimentos, pois brotam diretamente da pessoa, de suas relações e necessidades imediatas.

Nenhum conceito e nenhuma idéia pode ser liberal; *desse* ponto de vista, não há nenhum critério que os diferencie do preconceito. O critério deve ser buscado na relação com o individual-particular. Pois a atitude liberal é tão-somente o "estado de espírito" que se eleva por cima das necessidades e das pretensões dessa particularidade.

Se confiamos *enquanto indivíduos* em nossos ideais e em nossas convicções, isto é, se confiamos nelas sobre a base de

um permanente controle da situação, das autoridades e também (e não em último lugar) de nossas próprias motivações, se estamos dispostos a negar confiança a nossas idéias na medida em que o conhecimento e a experiência as contradigam *ae modo regular*, se não perdermos a capacidade de julgar corretamente o *singular*, então seremos capazes de nos libertar de nossos preconceitos e de reconquistar sempre a nossa relativa liberdade de escolha. Só poderemos nos libertar dos preconceitos se assumirmos o risco do erro e se abandonarmos — juntamente com a “infalibilidade” sem riscos — a não menos tranqüila carência de individualidade.